



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024-GC-SEPLAGTD-007
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024-GC-SEPLAGTD-007

SEI: 32.024705/2023-40

ID Nº 50193

A **PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE**, através do(a) Agente de Contratação designado(a) pelas Portarias n.º **1686 de 27 de dezembro de 2023** e n.º **0852 de 09 de Julho de 2024**, comunica aos interessados a abertura do Processo Licitatório citado, regido pela [Lei Federal n.º 14.133/21](#), Leis Municipais n.º [19.144/23](#), [19.145/23](#) e [17.765/12](#), Decretos Municipais n.º [36.237/22](#), [37.323/23](#), [37.324/23](#), [37.341/23](#), Portaria n.º 722/2024 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Informações Preliminares

- a. Procedimento de Registro de Preços:
- b. Critério de Julgamento do Lote:
- c. Modalidade:
- d. Forma da Disputa: **Eletrônica**
- e. Modo de disputa:
- f. Ente/Órgão Demandante:
- g. Número de Lotes: **001**
- h. Todos os atos deverão ser praticados em formato eletrônico:



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- i. Permitida a participação de Consórcios:
- j. Permitida a participação de Cooperativas:
- k. Benefícios da LC n.º 123:
- i. Lotes exclusivos:
- ii. Cota reservada:
- iii. Subcontratação:
- l. Número de Ofício: 047/2024 - SEDUC/GAB/GGGAB
- m. Número do SEI: 32.024705/2023-40
- n. Modo de fornecimento:

| | |
|--|--|
| INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS | 23/12/2024 14:00 |
| INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA (ABERTURA) | 08/01/2025 09:00 |
| INÍCIO DA FASE DE LANCES | 08/01/2025 09:15 |
| REFERÊNCIAS DE HORÁRIO | HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF |
| SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO | PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | www.licitardigital.com.br |
| Prazo para envio de Proposta ajustada (pós negociação) | 1 (um) dia útil |
| Prazo máximo para envio de documentos de Habilitação | 3 (três) dias úteis |



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de 10.423 óculos de grau, compostos por armação, par de lentes, estojo e flanela, a serem fornecidos aos estudantes e profissionais da educação da pré-escola e ensino fundamental da rede municipal de ensino, para atender ao projeto de saúde ocular da Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela(s) constante de tópico Específico do Termo de Referência, denominado ESPECIFICAÇÕES e QUANTITATIVOS, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.3. O Registro de Preços de que trata este edital será regido pela Lei Municipal n.º 19.145/23, pelo Decreto Municipal n.º 37.323/23 e pelas disposições presentes no Termo de Referência em anexo.
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no [Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Recife](#), no Sistema Licitar Digital ou nas especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A possibilidade de participação em cada lote está definida em tópico específico do termo de referência denominado ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
- 2.2. **Quanto ao Enquadramento Conforme Lei Complementar n.º 123/06**
- 2.2.1. Por força do art. 4º, §1º da Lei Federal n.º 14.133/21, NÃO será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e microempreendedor individual - MEI.
- 2.3. **Quanto ao Cadastramento prévio no SICREF:**
- 2.3.1. Para participação no processo licitatório os interessados deverão possuir prévio cadastro no Sistema de Credenciamento de Fornecedores - SICREF.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- 2.3.2.** Entende-se como cadastro prévio o preenchimento dos dados da empresa no Portal de Compras da Prefeitura do Recife, até a data para a abertura das propostas.
- 2.3.3.** O cadastro prévio no SICREF será verificado mediante consulta a ser formulada pelo(a) agente de contratação ao final dos lances, no respectivo sistema.
- 2.3.4.** O Cadastro no SICREF poderá ser realizado:
- 2.3.4.1.** Pela via on-line, através do Portal de Compras da Prefeitura do Recife, mediante Inscrição On-line dos Fornecedores, no sítio eletrônico www.recife.pe.gov.br/portalcompras, clicando no menu FORNECEDORES>INSCRICAO>CADASTRO;
- 2.3.4.2.** Pela via presencial, na Unidade de Cadastro de Fornecedores – UCF, no Edifício Sede da Prefeitura do Recife, 11º andar, sala 23.
- 2.3.5.** A documentação para efetivação do cadastro poderá ser encaminhada totalmente pelo Portal de Compras, através da plataforma do SICREF Digital, no endereço eletrônico acima destacado, desde que esses documentos possuam código de autenticidade passíveis de validação via internet.
- 2.3.6.** O cadastro será efetivado quando do envio (presencial ou on-line) dos documentos exigidos para inscrição no nível de Credenciamento, à Unidade de Cadastro de Fornecedores – UCF, que efetuará a análise para validação do cadastro.
- 2.4. *Quanto ao Credenciamento no Sistema Licitar Digital***
- 2.4.1.** O certame será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 2.4.2.** Para participação no processo licitatório os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio indicado nas [Informações Preliminares](#) deste Edital, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 2.4.3.** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.
- 2.4.4.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema Licitar Digital ou ao ente promotor da licitação responsabilidade por



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 2.4.5.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema Licitar Digital implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação na forma eletrônica.
- 2.4.6.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Licitar Digital durante todo o processo licitatório, até a sua homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.4.7.** Quaisquer dúvidas sobre o Sistema Licitar Digital devem ser dirimidas junto ao suporte do provedor do sistema indicado nas [Informações Preliminares](#) deste Edital.

2.5. Não Poderão Concorrer à Presente Licitação

- 2.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2.** **As empresas que não possuam, ao menos, prévio cadastro no Sistema de Credenciamento de Fornecedores da Prefeitura do Recife – SICREF, conforme prescreve o [art. 9º da Lei Municipal n.º 17.765/12](#);**
- 2.5.3.** As empresas que não possuam, cadastro no Sistema Licitar Digital indicado nas [Informações Preliminares](#) deste Edital;
- 2.5.4.** Licitantes punidos com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.5.5.** Licitantes punidos por entidade da Administração Pública Municipal com impedimento de participação em licitação e de contratação com a Administração Municipal;
- 2.5.6.** As pessoas enquadradas nos §§1º e 2º do art. [9º](#) e no art. [14 da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 2.5.7.** Entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação;
- 2.5.8.** Pessoas físicas de qualquer natureza ou agrupamento de pessoas físicas, salvo quando constituído como empresário individual.
- 2.5.9.** As associações civis qualificadas ou não como O.S. (Organizações Sociais) ou



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme [Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União n.º 746/14](#).

- 2.5.10.** Empresa ou sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 2.5.11.** Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, cuja justificativa para a não participação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.5.12.** As sociedades cooperativas sob qualquer forma, cuja justificativa para a não participação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

2.6. Verificação das Condições de Participação

- 2.6.1.** Após a fase de negociação, o(a) agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 2.6.1.1.** Cadastro de Fornecedores Penalizados pelo Estado de Pernambuco http://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gbp/PREmitirFornecedorPenalidade;
 - 2.6.1.2.** Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça do CNJ e cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
 - 2.6.1.3.** Deverá ser efetuada Consulta ao SICREF (Sistema de Credenciamento de Fornecedor da Prefeitura do Recife), no endereço: <http://www.recife.pe.gov.br/portaldgco/app/ConsSancoesSelecionar.php>, a fim de verificar se existem empresas com sanção de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta do Município do Recife.
- 2.6.2.** Caso o licitante provisoriamente vencedor seja desclassificado, as condições de participação podem ser verificadas antes da negociação para os próximos licitantes convocados.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

3. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- 3.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) agente de contratação, até **03 (três)** dias úteis anteriores à data de início da sessão pública, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico, no local específico no Sistema Licitador Digital dentro do processo licitatório em análise.
- 3.3. O(A) agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **03 (três)** dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.4. As respostas serão disponibilizadas no Sistema Licitador Digital até o dia anterior à data da abertura do certame.
- 3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.6. Acolhidas as razões da impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 3.7. Não serão conhecidas impugnações enviadas fora do prazo.

4. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

- 4.1. Após a divulgação do edital, os licitantes poderão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do Sistema Licitador Digital, com o preço, conforme o critério de julgamento adotado nas [Informações Preliminares](#) deste Edital.
- 4.2. Os preços ofertados, na proposta inicial, na etapa de lances e na proposta final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.3. **Declarações**
- 4.3.1. Para que seja possível a apresentação de propostas o licitante deverá confirmar positivamente as seguintes Declarações em campo próprio no Sistema Licitador Digital:



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- 4.3.1.1.** Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88;
- 4.3.1.2.** Declaração para fins do disposto no [inciso VI do art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/21](#), que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88](#);
- 4.3.1.3.** Declaração de que esta ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o [art. 67, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 4.3.1.4.** Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta, conforme [art. 63, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 4.3.1.5.** Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, assumindo responsabilidade pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- 4.3.1.6.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme [art. 63, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 4.3.1.7.** Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no [art. 63, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 4.3.1.8.** Declaração de que não incorre nas condições impeditivas do [art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 4.3.1.9.** Declaração que possui cadastro prévio no Sistema de Credenciamento de Fornecedores (SICREF) do município do Recife;
- 4.3.1.10.** Declaração que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou custo financeiro, tais como:



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

tributos, fretes, seguros, comissões, taxas, contribuições, salários, remunerações, obrigações sociais e quaisquer outros custos incidentes sobre o objeto desta licitação.

4.3.1.11. Declaração para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como MEI/ME/EPP, conforme a [Lei Complementar n.º 123/06](#), cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos [§§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021](#).

4.3.1.11.1. Para fazer jus aos benefícios previstos no capítulo V da Lei Complementar n.º 123/06 as microempresas ou empresas de pequeno porte devem assinalar o campo “sim” junto a declaração do tópico anterior no Sistema Licitar Digital.

4.3.1.11.2. Quando houverem lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

4.3.1.11.3. Quanto aos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, agricultor familiar ou sociedade cooperativa.

4.3.2. Durante o processo licitatório, o licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06, no ano fiscal anterior, bem como no exercício em curso, conforme os §§ 9º e 9º-A, do já citado art. 3º da LC 123/06 e §2º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/21, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006.

4.3.3. Falsidade das declarações poderá, salvo justificativa, sujeitar a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e neste Edital.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

4.4. Proposta Inicial

- 4.4.1.** A proposta, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.
- 4.4.2.** A proposta no sistema eletrônico DEVERÁ conter o valor total do lote apresentado com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00);
- 4.4.3.** Ao inserir a proposta no Sistema LICITAR DIGITAL, no campo PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO, deverá ser preenchido o valor unitário do item, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.
- 4.4.4.** O sistema multiplicará automaticamente o PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO pela quantidade, perfazendo o TOTAL PROPOSTO do lote.
- 4.4.5.** O licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote deste processo licitatório.
- 4.4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inicial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para o início da sessão pública, indicada nas [Informações Preliminares](#), quando se encerrará automaticamente a fase de apresentação de propostas.
- 4.4.7.** Caso seja solicitado que junto a proposta inicial seja incluído “anexo de proposta”, este deverá ser elaborado de forma a não haver dados que possibilitem a identificação do licitante.
- 4.4.8.** O licitante com filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro só poderá apresentar uma única proposta individual, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 4.4.9.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta e seus anexos vinculam o licitante.
- 4.4.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, conforme o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido,



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

sua substituição.

4.4.11. *Indicar Fabricante e Marca*

- 4.4.11.1.** A proposta inicial deverá informar o FABRICANTE e MARCA ofertado;
- 4.4.11.2.** Indicar MARCA que seja homônima à licitante (FABRICANTE) não enseja em identificação, haja vista que um produto pode ser revendido por qualquer outra empresa;

4.5. ***Abertura da Sessão Pública***

- 4.5.1.** A partir do horário previsto no edital, a sessão pública será iniciada no Sistema Licitar Digital.
- 4.5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante envio de mensagens pelo(a) agente de contratação, pelo chat do Sistema Licitar Digital.
- 4.5.3.** O(a) agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 4.5.4.** Serão **desclassificadas** as propostas iniciais que:
- 4.5.4.1.** Contiverem dados que possibilitem a identificação do licitante;
- 4.5.4.2.** Apresentarem cotação para objeto diverso do indicado nesta licitação;
- 4.5.4.3.** Ofertarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou irrefutavelmente inexecutáveis, na forma da legislação vigente;
- 4.5.4.4.** Não apresentarem FABRICANTE/MARCA na proposta;
- 4.5.5.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no Sistema Licitar Digital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.5.6.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.
- 4.5.7.** Somente os licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da etapa competitiva.
- 4.5.8.** O(A) agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta, a pedido do licitante em campo próprio de declínio, ou o lance que possa comprometer, restringir ou



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

- 4.5.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado nas [Informações Preliminares](#).

Modo de disputa aberto

- 4.5.10.** No horário fixado para início da fase de lances, por comando do(a) agente de contratação, se iniciará a disputa, na qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio de Sistema Licitar Digital, com prorrogações.
- 4.5.11.** A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema Licitar Digital quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.5.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.5.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o Sistema Licitar Digital ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.5.14.** O(A) agente de contratação poderá excluir lances na fase de lances sem que isso implique em desclassificação do fornecedor.
- 4.5.15.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.5.16.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.5.17.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema Licitar Digital.
- 4.5.18.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.

- 4.5.19.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.5.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.5.21.** Durante o transcurso da fase de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.5.22.** No caso de desconexão com o(a) agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o Sistema Licitador Digital poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.5.23.** Quando a desconexão do Sistema Licitador Digital para o(a) agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.5.24.** Em caso de erro de digitação dos lances, o licitante poderá solicitar a desconsideração do lance, por meio do campo próprio do sistema. O campo de DECLÍNIO somente deverá ser usado se o licitante desejar desistir de participar do lote.

4.6. *Empate ficto e Desempate*

- 4.6.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, conforme §3º, do art. 45 da Lei Complementar n.º 123/06.
- 4.6.2.** Na hipótese de empate ficto ocorrer após o encerramento da disputa de lances, e em face do afastamento, desclassificação ou inabilitação do licitante provisoriamente arrematante, obedecida a ordem de classificação dos concorrentes, o(a) agente de contratação em verificando situação de novo empate ficto deverá convocar o licitante identificado no Sistema Licitador Digital como microempresa ou empresa de pequeno porte.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

Este deverá se pronunciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para participar, no Sistema Licitar Digital, da convocação para novo lance.

4.6.3. No caso do licitante convocado não apresentar novo lance ou não comparecer ao horário e dia estipulados, decairá seu direito.

4.6.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema Licitar Digital, contados após a comunicação automática para tanto.

4.6.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo para empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.6.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado, pelo Sistema Licitar Digital, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.6.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.7. *Negociação*

4.7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.7.2.1. A negociação será realizada por meio do Sistema Licitar Digital, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.7.2.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

do processo licitatório.

4.7.2.3. O Sistema Licitar Digital atualizará automaticamente o valor da proposta para o valor negociado. Não ocorrendo a atualização automática, o Sistema Licitar Digital emitirá uma mensagem no chat com instruções para atualização manual da proposta.

4.7.2.4. Quando houver mais de um item por lote e não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, sem que haja dízimas, o licitante deverá solicitar ao(à) agente de contratação que libere no Sistema Licitar Digital o preenchimento manual da atualização da proposta, que deverá ser realizada em prazo máximo de **2 (duas)** horas, a contar da liberação do sistema.

4.7.2.5. É facultado ao(à) agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.7.3. Após a negociação do preço, o(a) agente de contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

4.8. *Proposta Final*

4.8.1. Finalizada a fase de negociação, o licitante provisoriamente vencedor deverá enviar, exclusivamente pelo sistema, após a sua convocação, a proposta ajustada ao último valor negociado com o(a) agente de contratação, juntamente com seus anexos, no prazo informado nas [Informações Preliminares](#).

4.8.2. Os anexos da proposta devem estar de acordo com o item “Anexo de Proposta” do Termo de Referência.

4.8.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4.8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Licitar Digital durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema Licitar Digital ou de sua desconexão.

4.8.5. **Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto quando:**



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

4.8.5.1. Houver documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; ou

4.8.5.2. No caso de tributos federais, especialmente em relação ao INSS e ao FGTS, quando arrecadação puder ser feita de forma centralizada em nome da matriz, abrangendo também as filiais.

5. DO JULGAMENTO

5.1. Será usado o critério de julgamento escolhido nas [Informações Preliminares](#).

5.2. Encerrada a etapa de negociação, o(a) agente de contratação realizará a [Verificação das Condições de Participação](#) do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21](#) e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se declarado como MEI/ME/EPP, será verificado, através do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) se o faturamento do licitante não ultrapassou os limites previstos na Lei Complementar n.º 123/21, conforme art. 6º da Resolução TCE-PE n.º 250 de 21 de agosto de 2024.

5.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.5. Caso o produto ofertado seja da mesma marca e modelo do informado no item como “marca de referência”, fica dispensada a apresentação de ensaios, certificados, catálogos, amostras ou qualquer outro instrumento de verificação de suas características.

5.6. Na desclassificação de propostas observar-se-á o que determina o [art. 59 da Lei Federal n.º 14.133/21](#), e ainda o disposto nos subitens seguintes. Serão desclassificadas as propostas que:

5.6.1. Permanecerem, após a negociação, acima do orçamento estimado para a contratação;



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- 5.6.2.** Ofertarem quantitativo inferior ao quantitativo previsto no Termo de Referência.
- 5.6.3.** Não atenderem às exigências de [Proposta Final](#) requeridas por este edital;
- 5.6.4.** Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;
- 5.6.5.** Não atenderem às demais exigências deste edital;
- 5.6.6.** Contiverem vícios insanáveis e/ou ilegalidades;
- 5.6.7.** Apresentarem valores para cada um dos itens do lote superiores estimados ou com preços manifestamente inexequíveis, na forma da legislação vigente;
- 5.6.8.** Ofertarem para o lote preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou inexequíveis, na forma da legislação vigente;
- 5.6.9.** Não apresentarem o FABRICANTE, a MARCA e o MODELO na proposta;
- 5.6.10.** Não apresentarem certificação, ensaios ou catálogos conforme previsto no termo de referência;
- 5.6.11.** Tiver algum de seus itens reprovado por parecer de comissão técnica de avaliação ou servidor designado.
- 5.6.12.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do(a) agente de contratação.
- 5.6.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.6.14.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste processo licitatório.
- 5.6.15.** O não atendimento ao prazo para saneamento das propostas, ou ainda, a recusa da proponente em aceitar as correções assim procedidas, será causa da rejeição da proposta com a sua consequente desclassificação.
- 5.7.** No julgamento das propostas, o(a) agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação, tal como: divergência entre os preços por extenso e preços em algarismos, prevalecendo o valor negociado ou aquele de menor valor;
- 5.8.** Havendo erro de cálculo, o(a) agente de Contratação/Comissão efetuará a



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

convocação para as retificações, considerando os valores unitários indicados na proposta do licitante, multiplicados pelas quantidades constantes da planilha orçamentária. O resultado final deverá ser igual ou inferior ao negociado;

- 5.9.** Caso o licitante provisoriamente em primeiro lugar, tenha sua proposta desclassificada, será convocado o próximo licitante para apresentar sua proposta nas mesmas condições do primeiro, e assim sucessivamente;
- 5.10.** Antes de vencido o prazo de validade da proposta, a Administração poderá solicitar que o licitante, mediante declaração expressa, prorogue o seu prazo.
- 5.11.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 5.12.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1.** A habilitação do licitante cuja proposta foi classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá ser verificada por meio de consulta ao Cadastro no Sistema de Credenciamento de Fornecedores do Município – SICREF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.** Os documentos exigidos para habilitação que não fazem parte das exigências específicas do SICREF/CHF, bem como os que o integram, mas que estejam com seu prazo de validade expirado, deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico através do Sistema Licitador Digital, no prazo disposto nas [Informações Preliminares](#), contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da solicitação do(a) agente de contratação.
- 6.3.** A Habilitação dos licitantes será realizada mediante a comprovação da seguinte documentação:



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

6.4. *Habilitação Jurídica*

- 6.4.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 6.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro local (Junta Comercial), em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- 6.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5. *Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista*

- 6.5.1. Nos termos do arts. 205 e 206 do [Código Tributário Nacional](#) serão admitidas para efeito de comprovação da regularidade fiscal, certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.
- 6.5.2. *Prova de Regularidade com a Fazenda Federal*
 - 6.5.2.1. [Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica](#) (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
 - 6.5.2.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do [CRF - Certificado de Regularidade do FGTS](#) expedido pela Caixa Econômica Federal;
 - 6.5.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de [Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União](#) expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do [parágrafo único do art. 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991](#), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
 - 6.5.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de [Certidão Negativa](#)



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

[de Débitos Trabalhistas \(CNDT\)](#), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à [Lei Federal nº 12.440/11](#).

6.5.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual

6.5.3.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

6.5.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal

6.5.4.1. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativos à atividade a ser contratada, nos termos do [art. 193, do Código Tributário Nacional](#), considerando-se que:

6.5.4.1.1. Os licitantes com domicílio ou sede no Município do Recife deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela de Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife;

6.5.4.1.2. Os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão(ões) Negativa(s) englobando todos os tributos pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto contratual;

6.5.4.1.3. Os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município, e que também tiverem inscrição como contribuintes do Município do Recife, deverão apresentar a prova da regularidade municipal e a CND emitida pela Secretaria de Finanças (SEFIN).

6.6. Qualificação Econômico-Financeira

6.6.1. Certidões Negativas

6.6.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 5 (cinco) meses, contados da data da sua apresentação.

6.6.1.2. Caso a sede do Licitante possua em sua comarca a distribuição de processos judiciais eletrônicos em 1ª e/ou 2ª instância, as certidões respectivas devem ser



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

apresentadas em conjunto com aquela(s) do item anterior.

6.6.1.3. Caso a licitante não possua a certidão negativa, será permitida a participação de empresa que estiver em recuperação judicial cujo plano já tenha sido devidamente homologado e apresentem certidão do poder judiciário indicando sua aptidão para contratar.

6.7. Qualificação Técnica

6.7.1. Qualificação Técnica conforme item 6.2. do Termo de Referência, anexo ao Edital.

6.8. Outras Considerações sobre a Habilitação

6.8.1. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

6.8.1.1. Ressalva-se do subitem anterior as microempresas e empresas de pequeno porte, que assim se declararem no Sistema Licitar Digital, devendo apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, mesmo que apresente alguma restrição quanto a regularidade fiscal e/ou trabalhista.

6.8.1.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis para a regularização da documentação, contados da divulgação do resultado da fase de habilitação no Portal de Compras do Recife, conforme art. 3º do Decreto Municipal n.º 29.549/16.

6.8.1.3. Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, mediante solicitação devidamente justificada, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.8.2. No julgamento da habilitação, o(a) agente de contratação(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.8.3. Encerrado o prazo para envio da documentação sejam os anexos de proposta e/ou habilitação, poderá ser admitida, mediante a realização de diligência, a apresentação de



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

novos documentos somente para a:

- 6.8.3.1.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.8.3.2.** Apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante;
- 6.8.3.3.** Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.
- 6.8.4.** A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento dos prazos referidos no parágrafo anterior.
- 6.8.5.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 6.8.6.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 6.8.7.** A declaração do vencedor encerra a fase de habilitação.
- 6.8.8.** Os licitantes deverão consultar regularmente o Sistema Licitar Digital para verificar se foi declarado o vencedor

6.9. *Inabilitação*

- 6.9.1.** Será INABILITADA a LICITANTE que:
 - 6.9.1.1.** Deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos para a habilitação neste certame;
 - 6.9.1.2.** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação;
 - 6.9.1.3.** Deixar de apresentar os documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o requerido neste Edital e que não sejam passíveis de saneamento;
 - 6.9.1.4.** Deixar de comprovar atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
 - 6.9.1.5.** Apresentar qualquer documento exigido para habilitação com rasura, com prazo de



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

validade vencido ou em desacordo com as exigências estabelecidas neste Edital;

- 6.9.1.6.** Apresentar profissional para qualificação técnica com vínculo administrativo ou técnico em comum com outro participante do certame;

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- 7.2.** Declarado o vencedor, encerrando a fase de habilitação, qualquer licitante participante do certame, poderá, de forma imediata, em campo próprio do Sistema Licitador Digital, manifestar sua intenção de recorrer no prazo de **24h (vinte e quatro horas)**, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três)** dias úteis para apresentar as razões de recurso.
- 7.3.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema Licitador Digital.
- 7.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três)** dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez)** dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três)** dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.7.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.8.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações ([SEI-RECIFE: 32.024705/2023-40](#)).
- 7.9.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 7.2, importará na decadência desse direito.
- 7.10.** As razões do recurso serão dirigidas ao Secretário de Planejamento, Gestão e



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

Transformação Digital.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. O(A) agente de contratação, após transcorrido o prazo para recursos, submeterá à autoridade superior da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital para efetuar a adjudicação e homologação do processo, conforme [inciso IV do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21](#). No caso de interposição de recurso administrativo, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao vencedor, após a decisão do recurso.

9. DAS SANÇÕES

- 9.1. O licitante, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do [artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21](#), ficará sujeito às seguintes penalidades:
- 9.1.1. Impedimento de licitar com a administração direta e indireta do Município do Recife, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma da lei, nos casos estipulados no [art.156, §4º da Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- 9.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes da Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma da lei, nos casos estipulados no [art.156, §5º da Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- 9.2. As sanções de Impedimento e Declaração de inidoneidade serão inseridas no sistema municipal de cadastramento de fornecedores do município do Recife e terão como consequência o impedimento de atualizar o cadastro o durante o prazo da penalidade.

10. DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 10.1. Os licitantes autorizam o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários do contrato nos termos do [art. 5º da Lei Municipal n.º 17.765/12](#).



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

10.2. As informações obtidas em conformidade ao disposto no item anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

11. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CERTAME

11.1. Reserva-se ao Município do Recife o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do [art. 71, da Lei Federal n.º 14.133/21](#).

11.2. No caso de anulação ou revogação do processo licitatório, ficam assegurados aos licitantes o contraditório e a ampla defesa prévios.

12. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Conforme Solicitação de Compras e Contratação de Serviços(S.C.C.) e Mapa de Estimativa de Preços, acostado aos autos do processo.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Os preços registrados, com indicação dos fornecedores, serão divulgados no PNCP e no Portal de Compras da Prefeitura do Recife.

13.2. Será incluído na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão dos demais licitantes, na sequência de classificação de sua última proposta, para a formação do cadastro de reserva, nos termos do art. 13, II do Decreto Municipal n.º 37.323/23.

13.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

13.4. Não será possível estabelecer preços diferentes por item registrado, exceto para os beneficiários da Lei Complementar n.º 123/06.

13.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 13.6.** A ata deverá ser assinada no prazo definido em Termo de Referência em anexo, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.
- 13.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos neste edital, é facultado ao órgão gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na seguinte ordem de classificação, conforme art. 16 do Decreto Municipal n.º 37.323/23.
- 13.7.1.** Caberá ao órgão gerenciador convocar os remanescentes do cadastro reserva, e, após negociação, quando couber, poderá solicitar o auxílio do agente de contratação para a análise dos requisitos de habilitação do novo adjudicatário.
- 13.8.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada, pelo órgão gerenciador, quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.
- 13.9.** O contrato decorrente deste Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da(s) ata(s).
- 13.10.** A ata de registro de preços produzirá seus efeitos a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no PNCP em até 20 (vinte) dias úteis.

14. DOS ANEXOS AO EDITAL

- 14.1.** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA
 - ANEXO B – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 - ANEXO C – MINUTA DO CONTRATO
 - ANEXO D – MODELO DE PROPOSTA

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1.** A fiscalização e a gestão do contrato, da eventual ata de registro de preços, à entrega do objeto e às condições de pagamento se dará conforme termo de referência.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- 15.2.** É facultado ao(à) agente de contratação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis na Administração.
- 15.8.** Serão considerados dias úteis todos aqueles em que o órgão licitante esteja em funcionamento.
- 15.9.** Os prazos expressos em meses serão computados de data a data;
- 15.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.11.** O(a) agente de contratação(a) poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações, documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas dos licitantes e quaisquer outros cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.
- 15.12.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispostos no [Decreto Federal n.º 8.660/16](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E LICITAÇÕES
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES
GRUPO DE CONTRATAÇÃO 007 – SEPLAGTD

- 15.13.** Os documentos exigidos neste certame, caso não apresentem prazo de validade, serão considerados como válidos pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da data da respectiva emissão, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou pelo órgão emissor do documento, devendo, neste caso, a licitante apresentar juntamente com o documento cópia da referida legislação.
- 15.14.** Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da [Lei Federal n.º 14.133/21](#).

Recife, 23 de dezembro de 2024

Roberta Maiara Magalhães de Andrade Lima
Agente de Contratação

Equipe de Apoio:

Adegilson Lucena da Silva

Thuanny Christina Dornelas Gomes da Costa

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 01/2024 SEDUC/GAB/GGGAB/GPG

SUMÁRIO

| | |
|--|----------|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 1.1. Descrição Resumida do Objeto | 3 |
| 1.2. Informações Preliminares | 3 |
| 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO | 3 |
| 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO | 3 |
| 4. DA COMPATIBILIDADE COM O PCA | 3 |
| 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO | 4 |
| 5.1. Representação na cidade do Recife | 4 |
| 5.2. Grau de Dioptria | 4 |
| 5.3. Material da lente | 4 |
| 5.4. Design da armação | 4 |
| 5.5. Estojo | 4 |
| 5.6. Flanela | 4 |
| 5.7. Capacidade de fornecimento | 4 |
| 5.8. Prazo de Entrega | 4 |
| 5.9. Garantia | 5 |
| 5.10. Assistência técnica | 5 |
| 5.11. Mostruário | 5 |
| 5.12. Orientação para medição dos óculos | 5 |
| 6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR | 5 |
| 6.2. Qualificação Técnica | 6 |
| 6.2.1. Certidões e Atestados | 6 |
| 6.2.2. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial ou normativo | 7 |
| 6.2.3. Qualificação Econômico-Financeira | 7 |
| 6.3. Condições Gerais da Proposta | 7 |
| 6.4. Validade da Proposta | 8 |
| 6.5. Concorrência | 8 |
| 6.6. Anexos da Proposta | 8 |
| 7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 8 |
| 7.2. Órgão Gerenciador | 8 |
| 7.4. Prazo de Assinatura da Ata | 8 |
| 7.5. Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços | 8 |

| | |
|---|----------|
| 7.6. Adesão à Ata | 8 |
| 8. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO | 8 |
| 9. DO CONTRATO | 9 |
| 9.1. Prazo de Assinatura | 9 |
| 9.2. Prazo de Vigência | 9 |
| 9.3. Prorrogação do Contrato | 9 |
| 9.4. Garantia de Execução Contratual | 9 |
| 9.5. Subcontratação | 9 |
| 9.6. Obrigações da Contratante | 9 |
| 9.7. Obrigações da Contratada | 10 |
| 10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO | 1 |
| 11. DO PAGAMENTO | 1 |
| 11.1. Prazo de Liquidação e Pagamento | 1 |
| 11.2. Condições de Pagamento | 1 |
| 12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 1 |
| 13. DO VALOR ESTIMADO DA DESPESA | 1 |
| Anexo A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS | 1 |
| A.1. DAS CONDIÇÕES DE CONCORRÊNCIA | 1 |
| A.1.1. Lote(s) em Concorrência Ampla | 1 |
| Anexo B - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO | 1 |
| B.1. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO | 1 |
| B.1.1. Condições de Entrega | 1 |
| B.1.1.1. Parcelamento da entrega | 1 |
| B.1.1.2. Prazo de Entrega | 1 |
| B.1.1.3. Local de Entrega | 1 |
| B.1.1.4. Telefone para contato | 1 |
| B.1.1.5. Outras Condições de Entrega | 1 |
| B.1.2. Condições de Recebimento | 1 |
| B.1.2.1. Condições Gerais de Recebimento | 1 |
| B.2. Assistência Técnica | 1 |
| B.3. Garantia do Produto | 1 |
| Anexo C - Comprovação de características | 1 |
| C.1. Designação da Comissão | 1 |
| C.2. Catálogo | 1 |
| Anexo D - MODELO DE ESTOJO | 1 |
| D.1. Características do estojo | 1 |
| D.2. Impressão da marca do projeto | 1 |
| Anexo E - ENDEREÇO DE ENTREGA DOS ÓCULOS | 1 |

1. DO OBJETO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

- 1.1.1. O presente Termo de Referência estabelece as condições e especificações técnicas para a aquisição do objeto abaixo discriminado, apresentando, assim, todas as informações necessárias para que as Empresas Proponentes possam elaborar suas propostas comerciais.
- 1.1.2. O objeto da contratação é a aquisição de 10.423 óculos de grau, compostos por armação, par de lentes, estojo e flanela, a serem fornecidos aos estudantes e profissionais da educação da pré-escola e ensino fundamental da rede municipal de ensino, conforme necessidade identificada em projeto de saúde ocular, de acordo com as especificações previstas neste Termo e ANEXO A.

1.2. Informações Preliminares

- 1.2.1. Segmentos de fornecimento: material
- 1.2.2. Critério de Julgamento do Lote: menor preço global
- 1.2.3. Forma da Disputa: Eletrônica
- 1.2.4. Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 1.2.5. Número de Lotes: 01
- 1.2.6. Número de Itens: 20
- 1.2.7. Especialidade do objeto: Comum
- 1.2.8. Fonte dos Recursos: Tesouro Municipal
- 1.2.9. Procedimento de Registro de Preços: SIM
- 1.2.10. Permitida a participação de Consórcios: NÃO
- 1.2.11. Permitida a participação de Cooperativas: NÃO
- 1.2.12. Benefícios da LC n.º 123:
 - 1.2.12.1. Lotes exclusivos: NÃO
 - 1.2.12.2. Cota reservada: NÃO
 - 1.2.12.3. Subcontratação: NÃO
- 1.2.13. Número de Ofício: 47 (4039719)
- 1.2.14. Número do SEI: 32.024705/2023-40
- 1.2.15. Modo de fornecimento: Parcelado

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA COMPATIBILIDADE COM O PCA

- 4.1. A demonstração da pertinência entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, com a identificação da previsão no Plano de Contratações Anual, está identificada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Representação na cidade do Recife

- 5.1.1. O licitante deve possuir sede, filial ou, no mínimo, um preposto na cidade do Recife/PE para facilitar a gestão e execução do contrato, como a entrega e reposição de mostruário de armações; recebimento das prescrições dos óculos; entrega dos óculos confeccionados conforme as prescrições; e devolução para eventuais ajustes.

5.2. Grau de Dioptria

- 5.2.1. Os óculos poderão ter a variação de dioptria presente na tabela do Anexo A deste Termo.

5.3. Material da lente

- 5.3.1. As lentes devem ser confeccionadas com os materiais indicados na tabela do Anexo A deste Termo.
- 5.3.2. As lentes poderão ser esféricas ou esférico-cilíndricas, monofocais, bifocais ou multifocais, conforme a prescrição médica.

5.4. Design da armação

- 5.4.1. Com a finalidade de proporcionar a durabilidade e conforto do bem, a armação deve ser:
- a) De acetato, com agulha nas hastes;
 - b) Ajustável e confortável para uso prolongado;
 - c) Nova.
- 5.4.2. O tamanho e o formato da armação devem ser adequados para diferentes idades e formatos de rosto, conforme estimativa do público infantil, juvenil e adulto apresentada no ANEXO A.

5.5. Estojo

- 5.5.1. Cada óculos entregue deve estar acompanhado de estojo protetor, sem identificação do fornecedor e/ou do fabricante, conforme especificações constantes no Anexo D deste Termo.

5.6. Flanela

- 5.6.1. Cada óculos entregue deve estar acompanhado de flanela para limpeza e proteção, sem identificação do fornecedor e/ou do fabricante;
- 5.6.2. A flanela deve ter as seguintes características:
- a) Cor: branca, cinza ou preta;
 - b) Material: microfibra
 - c) Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 14 cm de altura

5.7. Capacidade de fornecimento

- 5.7.1. O licitante deve possuir capacidade de fornecimento mensal estimada em até 960 (novecentos e sessenta) óculos, conforme previsão de cronograma de entrega constante no ANEXO B deste Termo.

5.8. Prazo de Entrega

O prazo de entrega dos produtos será de até 30 dias corridos, contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento acompanhada das receitas médicas, via e-mail,

sem necessidade de confirmação de recebimento, ou presencialmente na sede/filial da Contratada.

5.9. Garantia

- 5.9.1. Tanto as armações quanto as lentes devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, assegurando a substituição ou reparo, conforme necessário.
- 5.9.2. Cada óculos deve ser fornecido acompanhado de certificado de qualidade e garantia referente à armação e às lentes.
- 5.9.3. Cumprir as demais especificações da garantia previstas no ANEXO B deste Termo.

5.10. Assistência técnica

- 5.10.1. Deve ser disponibilizado serviço de assistência técnica na Região Metropolitana do Recife/PE, facilitando o acesso dos beneficiários dos óculos a reparos, ajustes e outros serviços técnicos.
- 5.10.2. Cumprir as demais especificações da assistência técnica previstas no ANEXO B deste Termo.

5.11. Mostruário

- 5.11.1. Após assinatura do contrato, a Contratada deverá disponibilizar à Contratante, no mínimo, dois mostruários.
- 5.11.2. Cada mostruário deverá conter:
 - a) Mínimo de vinte armações, as quais serão escolhidas pela Contratante, a partir do catálogo/estoque da Contratada;
 - b) Case para armazenamento das armações;
 - c) Espelho de mesa.
- 5.11.3. A quantidade de mostruários e de armações contidas neles poderá ser ampliada a depender da necessidade da Administração Pública,
- 5.11.4. As armações contidas nos mostruários poderão ser substituídas a depender do estoque da Contratada ou da necessidade da Administração Pública.
- 5.11.5. As armações dos mostruários devem ter cores e estilos variados, considerando a faixa etária dos estudantes e profissionais prevista no ETP, bem como a diversidade de gênero e étnico-racial.
- 5.11.6. O mostruário deverá ficar à disposição da Contratante até o final da vigência do contrato, a fim de viabilizar a escolha dos óculos por parte dos estudantes e profissionais da educação após as consultas oftalmológicas, bem como as medições para a entrega das lentes.

5.12. Orientação para medição dos óculos

- 5.12.1. Deve ser disponibilizada aos profissionais indicados pela Secretaria de Educação orientação para medição dos óculos de grau nos beneficiários do projeto, caso solicitado pela Administração Pública.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1. Além da forma de disputa e do critério de julgamento, informados no item 1.2 [Informações Preliminares](#), a participação no certame requererá o seguinte:

6.2. Qualificação Técnica

6.2.1. Certidões e Atestados

- 6.2.1.1. A licitante deverá comprovar a aptidão para atender ao objeto do certame, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.
- 6.2.1.2. As certidões deverão se referir a bens similares, entendidos estes como de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente.
- 6.2.1.3. As certidões deverão conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características, contemplando minimamente o seguinte:
 - 6.2.1.3.1. Nome, endereço completo com telefone da empresa emitente e assinatura do responsável;
 - 6.2.1.3.2. Objeto do contrato (tipo de serviço executado ou material fornecido, com quantitativos, local e prazos de início e término da execução);
 - 6.2.1.3.3. Nome do Responsável Técnico;
 - 6.2.1.3.4. Afirmação de que a empresa executou o objeto corretamente, atendendo a todas as condições contratuais.
- 6.2.1.4. Para facilitar a análise, é recomendável que a licitante destaque nas referidas certidões, os serviços cuja experiência se pretende comprovar e o seu respectivo quantitativo.
- 6.2.1.5. Poderão ser somados os quantitativos de mais de uma certidão para ser obtido o mínimo do quantitativo licitado, indicado no item anterior, para o lote que pretende participar.
- 6.2.1.6. Caso seja necessária a comprovação das certidões fornecidas, poderão se promover diligências, solicitando apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessários.
- 6.2.1.7. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 6.2.1.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução.
- 6.2.1.9. No caso de Consórcio, as certidões poderão ser atendidas por qualquer uma das consorciadas ou de forma conjunta.
- 6.2.1.10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
 - 6.2.1.11. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de CONSÓRCIO HOMOGÊNEO, isto é, cujas empresas integrantes fornecem um mesmo bem ou serviço, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - 6.2.1.12. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de CONSÓRCIO HETEROGÊNEO, isto é, cujas empresas integrantes fornecem bens e/ou serviços distintos uma das outras, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

- 6.2.1.13. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio;
- 6.2.1.14. Os atestados técnicos são considerados de prazo de validade indeterminados, sendo aceitos independente da data de sua emissão.
- 6.2.1.15. As certidões ou atestados, deverão comprovar, no mínimo, **25%** (vinte e cinco por cento) do quantitativo licitado.

6.2.2. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial ou normativo

- 6.2.2.1. Licença de funcionamento para todos os lotes, expedida pelo órgão sanitário estadual ou municipal competente para o fabricante, distribuidor, representante comercial ou comerciante, da sede do licitante, válida para o ano em exercício.
- 6.2.2.2. Autorização de funcionamento de empresas (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para todos os lotes.
 - 6.2.2.2.1. Quando o licitante for distribuidor, representante comercial ou comerciante deverá apresentar a AFE, emitida para o fabricante, além da sua própria autorização.
 - 6.2.2.2.2. Os licitantes enumerados no subitem anterior estão dispensados de apresentar a AFE para o fabricante expedido pela ANVISA, caso este seja estrangeiro.
- 6.2.2.3. Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo licitante, por intermédio de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob o controle sanitário, nos termos da legislação pertinente à matéria;
 - 6.2.2.3.1. Para a comprovação do que trata o item acima, também serão aceitas impressões diretas do sítio da ANVISA na Internet;
 - 6.2.2.3.2. O proponente deverá indicar em cada registro apresentado o número do item correspondente no Anexo A - Especificações e Quantitativos;
 - 6.2.2.3.3. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na inabilitação do lote cotado;
- 6.2.2.4. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- 6.2.2.5. Declaração de Responsabilidade Técnica, assinada pelo licitante proprietário e pelo técnico responsável, com o número do respectivo Conselho Regional;
- 6.2.2.6. Comprovação do registro e regularidade do Responsável Técnico no Conselho de Classe;

6.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 6.2.3.1. Certidões Negativas SIM

6.3. Condições Gerais da Proposta

- 6.3.1. O valor de cada lote deverá ser ofertado pelo valor do critério de julgamento do lote definido nas Informações Preliminares.
- 6.3.2. A proposta deve apresentar a composição de custos; quantidade, valor unitário e total de cada produto; data e prazo de validade da proposta; assinatura do representante legal da pessoa jurídica, garantindo a transparência e legalidade da proposta.
- 6.3.3. A proposta deve ser compatível com os valores praticados no mercado para itens de qualidade similar.

6.4. Validade da Proposta

6.4.1. O prazo de validade da proposta deve ser de, no mínimo, **3 meses**, contados a partir da data marcada para a abertura de propostas.

6.5. Concorrência

6.5.1. Só serão aceitas as propostas respeitadas as condições de concorrência, conforme [Lei Complementar n.º 123/06](#), conforme [Anexo A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS](#) deste Termo.

6.6. Anexos da Proposta

O anexo de proposta deverá conter os seguintes documentos:

- 6.6.1.1. Catálogo, conforme subitem C.2 do Anexo C deste Termo de Referência;
- 6.6.1.2. Alvarás, licenças, registros, comprovantes, declarações e demais documentos solicitados no subitem 6.2.2 deste Termo de Referência.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Intenção de Registro de Preços

7.1.1. Para a realização deste registro de preço foi dispensada a prévia publicação de Intenção de Registro de Preços (IRP), pois conforme previsto no art. 10, §2º c/c §5º do Decreto Municipal n.º 34.323/23, não dispomos de capacidade de gerenciamento para atender a nossa necessidade e a de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

7.2. Órgão Gerenciador

7.3. O órgão gerenciador da ata será a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

7.4. Prazo de Assinatura da Ata

- 7.4.1. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços convocará o licitante vencedor para, no prazo de **5 dias úteis**, informar os dados (nacionalidade, estado civil, profissão, identidade, CPF e endereço) do(s) representante(s) legal(is) da empresa que assinar(ão) a Ata de Registro de Preços, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, com firma reconhecida em cartório.
- 7.4.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de **5 dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação.

7.5. Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços

7.5.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada, por igual período, até 24 (vinte e quatro) meses, desde que seja comprovada a vantajosidade.

7.6. Adesão à Ata

7.6.1. Será admitida a adesão por órgão ou entidade não participante: SIM

8. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser formalizada pelo órgão interessado por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133/ 21.

- 8.2. Quando da assinatura do contrato o adjudicatário deverá apresentar a seguinte documentação:
- 8.2.1. Contrato Social atualizado;
 - 8.2.2. Ata de eleição da diretoria em exercício;
 - 8.2.3. Procuração, se for o caso;
 - 8.2.4. Documentos de identificação do representante legal da empresa (Identidade civil e CPF);
 - 8.2.5. Certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
 - 8.2.6. Certificado de regularidade do FGTS;
 - 8.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
 - 8.2.8. Certidões negativas de inidoneidade e de impedimento emitidas pelo Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e pelo Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

9. DO CONTRATO

9.1. Prazo de Assinatura

- 9.1.1. O prazo de assinatura do contrato será de **5** dias úteis após a notificação.
- 9.1.2. O contrato deverá ser assinado no prazo definido neste Termo, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.
- 9.1.3. Se o licitante ao qual foi adjudicado o objeto, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, se examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.2. Prazo de Vigência

- 9.2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze)** meses.

9.3. Prorrogação do Contrato

- 9.3.1. O contrato poderá ser prorrogado a cada 12 meses, até o limite de 5 anos.

9.4. Garantia de Execução Contratual

- 9.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/21, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9.5. Subcontratação

- 9.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9.6. Obrigações da Contratante

- 9.6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.6.2. Acompanhar e exercer a fiscalização da execução do objeto licitado, através de servidor especialmente designado;
- 9.6.3. Informar à Contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto;
- 9.6.4. Rejeitar o objeto que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas;

- 9.6.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 de Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 9.6.6. Analisar a nota fiscal para verificar se é destinada ao Órgão Contratante;
- 9.6.7. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência e Contrato;
- 9.6.8. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 9.6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.6.10. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 9.6.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.6.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até **3 meses**;
- 9.6.13. Atestar a quantidade e qualidade dos produtos entregues, para fins de garantia de pagamento;
- 9.6.14. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.6.15. Analisar a nota fiscal para verificar se as especificações dos produtos são as mesmas descritas neste Termo de Referência;
- 9.6.16. Realizar ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta aquisição, sem restrições da contratada.
- 9.6.17. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.6.18. Encaminhar à Contratada a relação dos óculos prescritos para confecção, bem como os que precisarem de ajustes logo após a prova pelos beneficiários, conforme normas e fluxos de acesso estabelecidos pela Contratante.

9.7. Obrigações da Contratada

- 9.7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.7.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da [Lei Federal n.º 14.133/21](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor ([Lei Federal n.º 8.078/90](#));
- 9.7.4. A responsabilidade da Contratada por acidente não é elidida por culpa de terceiro
- 9.7.5. Manter com a Contratante relação formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais que motivados pela urgência deverão ser, de imediato, confirmados por escrito.
- 9.7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 9.7.7. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto;
- 9.7.8. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados, informando previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento do objeto que atinja direta ou indiretamente à Contratante;
- 9.7.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, inclusive com pessoal, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante, inclusive selecionando e preparando os funcionários responsáveis pelo serviço, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.7.10. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições do Termo de Referência.
- 9.7.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.7.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.7.13. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação expedida pelos Órgãos e Entidades da PCR, nos termos do [art. 119 da Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- 9.7.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/21](#);
- 9.7.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 9.7.16. A CONTRATADA deverá prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação emitida pelo Gestor Responsável, designado para acompanhamento permanente do objeto;
- 9.7.17. Emitir relatórios gerenciais, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, o objeto contratado por emissão de empenho e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias;
- 9.7.18. O relatório gerencial deverá estar acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e arquivo eletrônico em formato aberto – OpenXML (*.XLSX) ou Opendocument (*.ODS) – contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;
- 9.7.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21), devendo ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, conforme Recomendação

MPT n.º 51712.2024, de 09 de maio de 2024, a partir de consulta ao link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>;

- 9.7.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116. parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133/21](#));
- 9.7.21. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.7.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.7.23. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Credenciamento Unificado de Fornecedores da Prefeitura do Recife (SICREF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos:
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.7.24. Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 9.7.25. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.7.26. O retardamento na entrega do produto, objeto do certame, não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- 9.7.27. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.7.28. Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, a contar da data de emissão da ordem de fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento das obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- 9.7.29. Entregar o objeto mediante prévia programação de data e hora com a Contratante;
- 9.7.30. A obrigação de substituir o objeto persistirá, ainda que haja descontinuidade sobre produção por parte do fabricante;
- 9.7.31. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante por ação ou omissão no fornecimento do presente objeto;
- 9.7.32. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.7.33. Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste Termo de Referência de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do INMETRO, atendimento a normas da ABNT, Vigilância Sanitária etc.);
- 9.7.34. Entregar os óculos conforme receitas médicas encaminhadas pela Contratante, considerando os parâmetros deste Termo de Referência;

- 9.7.35. Disponibilizar, durante a vigência do contrato, pelo menos, dois mostruários à Contratante, sendo cada um composto por: no mínimo, vinte armações a serem escolhidas pela Secretaria, a partir do catálogo/estoque do licitante; case para armazenamento das armações; e espelho de mesa;
- 9.7.36. Disponibilizar estojo e flanela, ambos sem identificação, seja da sua empresa, do fabricante ou do fornecedor, para armazenamento e proteção dos óculos;
- 9.7.37. Realizar a impressão da marca do projeto e da Secretaria de Educação na parte superior do estojo, conforme arte a ser enviada por e-mail junto com a ordem de serviço, após a assinatura do contrato;
- 9.7.38. Disponibilizar aos profissionais indicados pela Secretaria de Educação orientação para medição dos óculos de grau nos beneficiários do projeto, caso solicitado pela Administração Pública;
- 9.7.39. Eximir-se de cobrar diretamente do beneficiário ou seu representante qualquer importância referente à cobrança na confecção dos óculos;
- 9.7.40. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao beneficiário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do Contrato;
- 9.7.41. Entregar à Contratante relatório mensal com relação nominal dos beneficiários e respectiva prescrição médica de grau e lente, bem como número de óculos entregues;
- 9.7.42. Entregar os óculos em condições de uso imediato, ou seja, o produto completo montado com armação, par de lentes, estojo e flanela;
- 9.7.43. Dispor de Licença de Funcionamento/Alvará Sanitário, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal do seu domicílio e atender às demais normas de funcionamento vigentes durante o contrato.

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1. A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) da contratante, devendo a contratada fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 10.2. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução da entrega dos materiais, à contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.
- 10.3. Cabe à contratante a designação, mediante Termo específico, do(s) servidor(es) responsável(is) para exercer a gestão, fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhes:
 - 10.3.1. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais, assim como das condições constantes do Edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;
 - 10.3.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.
 - 10.3.3. Rejeitar, no todo ou em parte dos serviços prestados em desacordo com o autorizado;
- 10.4. Compete ao(s) fiscal(is) técnico(s) do Contrato:
 - 10.4.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
 - 10.4.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- 10.4.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 10.4.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 10.4.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- 10.4.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 10.4.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 10.4.8. Participar da atualização do mapa de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;
- 10.4.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- 10.4.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 10.4.11. Fiscalizar a quantidade do produto entregue, bem como se a qualidade está conforme os requisitos deste termo de referência.
- 10.4.12. Contagem da quantidade dos produtos entregues e/ou pesagem dos produtos entregues;
- 10.4.13. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições na execução da entrega dos materiais, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 10.4.14. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos produtos entregues aos termos pactuados no instrumento convocatório;
- 10.5. Compete ao(s) fiscal(is) administrativo(s) do Contrato:
 - 10.5.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
 - 10.5.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
 - 10.5.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor do contrato;
 - 10.5.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
 - 10.5.5. Participar da atualização do mapa de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
 - 10.5.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

- 10.5.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 10.6. Compete ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer as atribuições de fiscal administrativo e fiscal técnico.
- 10.7. Compete ao(s) Gestor(es) do Contrato:
 - 10.7.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
 - 10.7.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
 - 10.7.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório e atualizar o mapa de riscos;
 - 10.7.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
 - 10.7.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
 - 10.7.6. Constituir o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal n.º 14.133/21, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Municipal;
 - 10.7.7. Coordenar a atualização contínua do mapa de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
 - 10.7.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
 - 10.7.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
 - 10.7.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;
 - 10.7.11. Comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência;
 - 10.7.12. Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e à adequação da sua vigência e do seu valor;
 - 10.7.13. Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando possível e nos prazos regulamentares.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Prazo de Liquidação e Pagamento

11.1.1. A liquidação da despesa se dará num prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo.

11.1.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **21 (vinte e um)** dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, bem como, apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o atesto do servidor responsável pelo recebimento.

11.2. Condições de Pagamento

11.2.1. A nota fiscal/fatura deverá conter:

11.2.1.1. A quantidade;

11.2.1.2. O(s) número(o) da(s) nota(s) de empenho(s) correspondente(s), no corpo da nota/fatura ou em campo apropriado;

11.2.1.3. O nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta-Corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante daquele documento;

11.2.1.4. O preço total;

11.2.1.5. O preço unitário;

11.2.1.6. Valores expressos em moeda corrente nacional;

11.2.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, não se admitindo Nota Fiscal/ Fatura emitida com outros CNPJs, mesmo aqueles das filiais.

11.2.3. Devem ser entregues junto com a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s):

11.2.3.1. As certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;

11.2.3.2. Acompanhar uma via do empenho;

11.2.4. O pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês, após o atesto de conformidade da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor/Fiscal do contrato.

11.2.5. O pagamento só será realizado mediante a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

11.2.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajuste de preços ou a atualização monetária.

11.2.7. Ocorrendo atraso no pagamento, verificado por culpa exclusiva da contratante, haverá incidência de atualização monetária e juros de mora sobre o valor devido, desde a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE e no percentual de juros de mora 0,5% (meio por cento) ao mês.

11.2.8. Na hipótese de incidência de encargos por atrasos nos pagamentos devidos, os autos devem ser instruídos com as justificativas correspondentes, a serem avaliadas pela autoridade competente, que verificará se é o caso de apuração de responsabilidades para imputação de penalidades a quem deu caso ao atraso.

11.2.9. Será retido do valor do pagamento o valor da multa aplicada ao fornecedor em razão de penalização, transitado o devido processo administrativo.

11.2.10. O setor administrativo do órgão/entidade efetuará as retenções tributárias obrigatórias.

11.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido em planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.2.12. Somente será pago o valor correspondente aos bens efetivamente fornecidos pela Contratada.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas oriundas da futura licitação, correrão por conta dos recursos orçamentários discriminados abaixo:

12.2. Dotação Orçamentária: **1401.12.361.1.214.2.107**


12.3. Elemento de Despesa nº **3.3.90.30**

12.4. Fonte **500**

13. DO VALOR ESTIMADO DA DESPESA

13.1. Conforme Solicitação de Compras e Contratação de Serviços (S.C.C.) e Mapa de Estimativa de Preços, acostado aos autos do processo.

Recife, 18 de dezembro de 2024.

 Documento assinado digitalmente
TATIANE MENEZES SANTANA
Data: 18/12/2024 16:38:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do responsável

Anexo A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

A.1. DAS CONDIÇÕES DE CONCORRÊNCIA

A.1.1. Lote(s) em Concorrência Ampla

| Lote | Item | Descrição | CADUM | Unid. | Quantidade |
|------|------|--|-------|-------|------------|
| 01 | 01 | Par de lentes monofocais de 0,00 a +/-4,00 esférica Material: lente incolor, fabricada em acrílico CR-39 | 52081 | Unid. | 1.042 |
| | 02 | Par de lentes monofocais de 0,00 a +/-4,00 esférica / até -10,00 cilíndrica Material: lente incolor, fabricada em acrílico CR-39 | 52082 | Unid. | 5.213 |
| | 03 | Par de lentes monofocais de +/-4,25 a +/-5,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52083 | Unid. | 1.042 |
| | 04 | Par de lentes monofocais de -5,50 a -19,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52084 | Unid. | 521 |
| | 05 | Par de lentes monofocais de +5,50 até +16,75 esférica/ até -10,00 cilíndrica Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52085 | Unid. | 521 |
| | 06 | Par de lentes bifocais de 0,00 a +/-4,00 esférica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em lentes de acrílico CR-39 | 52086 | Unid. | 21 |
| | 07 | Par de lentes bifocais de 0,00 a +/-4,00 esférica / até -10,00 cilíndrica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52087 | Unid. | 63 |
| | 08 | Par de lentes bifocais de +/-4,25 a +/-5,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52088 | Unid. | 10 |
| | 09 | Par de lentes bifocais de -5,50 a -19,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52089 | Unid. | 5 |
| | 10 | Par de lentes bifocais de +5,50 até +16,75 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52090 | Unid. | 5 |
| | 11 | Par de lentes multifocais de 0,00 a +/-4,00 esférica / adição + 3,50 | 52091 | Unid. | 396 |

| | | | | | |
|--|----|--|-------|-------|--------|
| | | Material: lente incolor, fabricada em lentes de acrílico CR-39 | | | |
| | 12 | Par de lentes multifocais de 0,00 a +/-4,00 esférica / até -10,00 cilíndrica / adição + 3,50 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52092 | Unid. | 1.188 |
| | 13 | Par de lentes multifocais de +/-4,25 a +/-5,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,50 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52093 | Unid. | 198 |
| | 14 | Par de lentes multifocais de -5,50 a -19,25 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,50 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52094 | Unid. | 99 |
| | 15 | Par de lentes multifocais de +5,50 até +16,75 esférica/ até -10,00 cilíndrica / adição + 3,50 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 52095 | Unid. | 99 |
| | 16 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: infantil Cores: diversificadas Gênero: unissex | 51429 | Unid. | 6.694 |
| | 17 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: juvenil Cores: diversificadas Gênero: unissex | 51430 | Unid. | 1.386 |
| | 18 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: adulto Cores: diversificadas Gênero: unissex | 51431 | Unid. | 2.344 |
| | 19 | Estojo Material: polipropileno sem textura por fora e aveludado por dentro; Formato: caixa com sistema de abre e fecha; Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 6 cm de largura e 4 cm de altura; Cor branca. | 51432 | Unid. | 10.423 |
| | 20 | Flanela Material: microfibras Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 14 cm de altura Cor: branca, cinza ou preta | 51433 | Unid. | 10.423 |

Anexo B - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

B.1. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

B.1.1. Condições de Entrega

B.1.1.1. Parcelamento da entrega

B.1.1.1.1. A entrega dos óculos completos será parcelada, conforme cronograma estimado abaixo:

| Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 2025 | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| 2026 | x | | | | | | | | | | | |

B.1.1.1.2. O cronograma de entrega previsto no subitem B.1.1.1.1. poderá ser alterado pela Contratante, desde que comunicado à Contratada, via e-mail, com antecedência mínima de 5 dias úteis, sem necessidade de confirmação de recebimento do aviso.

B.1.1.1.3. O quantitativo estimado da entrega parcelada é de 960 (novecentos e sessenta) óculos por mês, conforme cronograma previsto no subitem B.1.1.1.1. Tal quantidade poderá ser alterada pela Contratante, desde que comunicado à Contratada, via e-mail, com antecedência mínima de 5 dias úteis, sem necessidade de confirmação de recebimento do aviso.

B.1.1.2. Prazo de Entrega

B.1.1.2.1. O prazo de entrega dos produtos será de até **30** dias corridos, contados a partir da data de envio da ordem de fornecimento acompanhada das receitas médicas, via e-mail, sem necessidade de confirmação de recebimento ou presencialmente na sede/filial da Contratada.

B.1.1.3. Local de Entrega

B.1.1.3.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte local:

B.1.1.3.1.1. Protocolo da Secretaria de Educação, situado na Av. Cais do Apolo, nº 925, 4º andar, bairro do Recife, Recife/PE, CEP: 50030-230.

B.1.1.3.1.2. A Contratante poderá estipular outro endereço para entrega, desde que comunicado à Contratada, via e-mail ou contato telefônico, com antecedência mínima de 48h, sem necessidade de confirmação de recebimento do aviso.

B.1.1.3.2. O horário de entrega será de:

B.1.1.3.2.1. Das **09h às 12h e das 14h às 17h**, de **segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos**.

B.1.1.4. Telefone para contato

B.1.1.4.1. (81) 3355-9193

B.1.1.5. Outras Condições de Entrega

B.1.1.5.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens próprias do fabricante, acondicionadas de forma a permitir o manuseio e estocagem, sem comprometer a qualidade e durabilidade dos produtos.

B.1.1.5.2. As embalagens no momento da entrega deverão estar intactas, em caso de danificadas, o produto deverá ser substituído sem ônus para a Administração.

- B.1.1.5.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- B.1.1.5.4. Substituições de marcas dos produtos apenas serão aceitas em casos de descontinuidade do produto no mercado, bem como falta de matéria prima comprometendo a fabricação, certificada pelo respectivo fabricante. Em ambos os casos deverão ser emitidos pelo fornecedor documento comprovando a situação semelhante em outras instituições de mesmo porte. A marca oferecida para substituição deverá atender às especificações técnicas deste Termo de Referência.
- B.1.1.5.5. Os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso.
- B.1.1.5.6. Em caso de devolução do objeto licitado, por estar em desacordo com as especificações exigidas, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

B.1.2. Condições de Recebimento

B.1.2.1. Condições Gerais de Recebimento

- B.1.2.1.1. O objeto a ser adquirido será recebido pelo servidor responsável pelo atesto, nas seguintes condições:
- B.1.2.1.2. Recebimento provisório, no prazo de **05** dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações exigidas;
- B.1.2.1.3. Recebimento definitivo, no prazo de **10** dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e da análise atestando a conformidade dos bens com os requisitos deste termo de referência e sua consequente aceitação pela Administração, mediante termo circunstanciado.
- B.1.2.1.4. O recebimento definitivo do objeto não exime o fornecedor da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que porventura se originar de tais vícios.
- B.1.2.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela veracidade das informações e pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos, devendo o mesmo, substituir, no prazo de **10** dias úteis, após a notificação da contratante, sem ônus adicional para a contratante, qualquer item que não atenda às especificações exigidas, sob pena de ser considerado inadimplente e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas no edital”.
- B.1.2.1.6. Além das exigências acima elencadas, será exigível também, no momento da entrega, o seguinte:
 - B.1.2.1.6.1. Nota Fiscal;
 - B.1.2.1.6.2. Uma via da nota de empenho;
 - B.1.2.1.7. Caso não cumpridas as exigências deste Termo de Referência, o Fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Termo de Referência, sem nenhum ônus para o Município.
 - B.1.2.1.8. Os produtos poderão ser objetos de inspeção, podendo ocorrer, de forma não exaustiva, os seguintes procedimentos:
 - a) Verificação do estado geral no momento de entrega dos produtos, a fim de identificar possíveis avarias;
 - b) Abertura das embalagens;
 - c) Ensaio e testes rápidos, mesmo nos produtos sujeitos à destruição pelo uso.

B.2. Assistência Técnica

- B.2.1. Durante o prazo de garantia, a Contratada se compromete a oferecer assistência técnica na Região Metropolitana do Recife.
- B.2.2. A Assistência técnica deverá ser comprovada informando endereços e telefones das filiais e/ou centros de atendimentos credenciados pelo fabricante dos equipamentos.
- B.2.3. A Assistência técnica deverá possibilitar abertura de chamados de segunda a sexta, das **8:00h às 18:00h**.
- B.2.4. A Assistência técnica deverá possibilitar a abertura de chamados por meio de e-mail, telefone ou site.
- B.2.5. O tempo máximo para a prestação da assistência técnica (resposta à abertura de chamado) deverá ser de até **72** horas.
- B.2.6. O tempo máximo para reparar o equipamento ou colocar outro em substituição é de até **10 dias úteis** após o registro do chamado técnico.
- B.2.7. O produto será recolhido e substituído, sem ônus para a Contratante, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.
- B.2.8. A assistência técnica deverá observar a conformidade com as normas regulamentadoras e demais legislações vigentes.

B.3. Garantia do Produto

- B.3.1. Tanto as armações quanto as lentes devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, assegurando a substituição ou reparo, conforme necessário.
- B.3.2. Cada óculos deve ser fornecido acompanhado de certificado de qualidade e garantia referente à armação e às lentes.
- B.3.3. A garantia deverá ser prestada de forma integral pelo fornecedor contratado, através de manutenção completa, ou seja, correrá por conta da CONTRATADA o custo de peças de reposição e mão de obra prevista no plano de manutenção, com reposição de peças e acessórios, serviços gerais, mão de obra e transporte.
- B.3.4. Na hipótese de a empresa CONTRATADA oferecer garantia por tempo superior, prevalecerá esta última.

Anexo C - Comprovação de características

C.1. Designação da Comissão

- C.1.1. A Comissão Técnica é a responsável pelos esclarecimentos de questionamentos referentes à prova de qualidade do produto.
- C.1.2. A Comissão Técnica emitirá parecer opinando pela aprovação ou reprovação do catálogo.
- C.1.3. A comissão Técnica, caso entenda necessário, poderá solicitar ajuda a outros órgãos, para auxiliá-la na análise dos produtos.
- C.1.4. Membros da Comissão Técnica:
- C.1.4.1. Tiago Freire Paes de Andrade, matrícula n° 120.374-6, na condição de presidente;
- C.1.4.2. Tatiane Menezes Santana, matrícula n° 126.451-6, na condição de membro;
- C.1.4.3. Laurylene Correia Silva Arão, matrícula n° 61.585-5, na condição de membro.
- C.1.5. Ressalta-se que a aprovação do produto por Comissão Técnica não impede que a CONTRATANTE rejeite TOTAL ou PARCIALMENTE produto que não for entregue de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, ficando a cargo do fornecedor todas as despesas resultantes.

C.2. Catálogo

C.2.1. Serão exigidos catálogos dos seguintes itens:

| Lote | Item do Lote | Descrição | Quantidade mínima a ser apresentada no catálogo |
|------|--------------|--|---|
| 1 | 02 | Lente monofocal de 0,00 a +/-4,00 esférica / até -4,00 cilíndrica Material: lente incolor, fabricada em acrílico CR-39 | 1 lente |
| | 09 | Lente bifocal de -5,50 a -19,25 esférica/ até -6,00 cilíndrica / adição + 3,00 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 1 lente |
| | 14 | Lente multifocal de -5,50 a -19,25 esférica/ até -6,00 cilíndrica / adição + 3,50 Material: lente incolor, fabricada em policarbonato ou em resina com índice de refração de 1,60 ou superior | 1 lente |
| | 08 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: infantil Cores: diversificadas Gênero: unissex | 5 armações em cores diversificadas |
| | 09 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: juvenil Cores: diversificadas Gênero: unissex | 5 armações em cores diversificadas |
| | 10 | Armação Material: acetato com agulha nas hastes e hastes flexíveis Tamanho: adulto Cores: diversificadas Gênero: unissex | 5 armações em cores diversificadas |

| | | |
|----|--|------------|
| 11 | Estojo Material: polipropileno sem textura por fora e aveludado por dentro; Formato: caixa com sistema de abre e fecha; Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 6 cm de largura e 4 cm de altura; Cor branca. | 2 estojos |
| 12 | Flanela Material: microfibra Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 14 cm de altura Cor: branca, cinza ou preta | 2 flanelas |

C.2.2. Poderá ser apresentado um catálogo para cada produto indicado no subitem C.2.1 deste TR ou um único catálogo reunindo todos esses produtos.

C.2.3. O catálogo deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação do licitante, com razão social, CNPJ e endereço;
- b) Fotos legíveis de, no mínimo, 15 (quinze) armações unissex em cores diversificadas, disponíveis no estoque do licitante, sendo, pelo menos, cinco infantis, cinco juvenis e cinco adultas;
- c) O código de identificação de cada armação;
- d) A descrição do material, cor, fabricante e demais características de cada armação;
- e) Indicação de presença de material ecológico/sustentável nas armações;
- f) Fotos ilustrativas das lentes disponíveis no estoque da licitante, conforme material indicado no Termo de Referência;
- g) Indicação do material e fabricante da lente;
- h) Indicação do prazo de garantia de cada lente e armação apresentadas;
- i) Foto legível do estojo e da flanela disponíveis no estoque do licitante;
- j) Indicação do material, cor, fabricante, medidas e demais características do estojo e flanela;

C.2.4. Folders, manuais, folhetos explicativos e similares serão admitidos como catálogos, desde que se trate de material promocional voltado ao público em geral.

C.2.5. Os catálogos deverão ter informações suficientes sobre os produtos de forma a possibilitar a comprovação de todas as características.

C.2.6. O fornecedor deverá indicar nos catálogos apresentados a marca e o modelo do produto que deve ser o mesmo constante da proposta de preços.

C.2.7. O catálogo deve estar em língua portuguesa ou com tradução do texto para a língua portuguesa com informações que permitam identificar as características técnicas do produto ofertado.

C.2.8. O licitante terá o prazo de até 5 dias úteis para entregar o catálogo, contado da convocação para a entrega.

C.2.9. O catálogo deverá ser entregue em arquivo digital (formato PDF) pelo portal adotado para a licitação, dentro do prazo previsto no subitem C.2.8 deste TR.

C.2.10. O licitante que não apresentar o catálogo no prazo estabelecido terá o seu produto reprovado.

C.2.11. A Comissão Técnica analisará o catálogo com base nos seguintes critérios:

| Item | Critério | Atende | Não atende |
|----------------------------|---|--------|------------|
| Identificação do licitante | 1) O catálogo apresenta identificação do licitante, com razão social, CNPJ e endereço? | | |
| Armação | 2) O catálogo apresenta fotos legíveis de, no mínimo, 15 (quinze) armações unissex em cores diversificadas, disponíveis no estoque do licitante, sendo, pelo menos, 5 infantis, 5 juvenis e | | |

| | | | |
|---------|--|--|--|
| | 5 adultas? | | |
| | 3) O catálogo apresenta código de identificação de cada armação? | | |
| | 4) O catálogo apresenta descrição do material, cor e demais características de cada armação? | | |
| | 5) O catálogo apresenta indicação de presença de material ecológico/sustentável nas armações; | | |
| | 6) O material da armação é de acetato? | | |
| | 7) O catálogo indica o prazo de garantia da armação? | | |
| | 8) As armações apresentadas são adequadas ao público-alvo indicado para o projeto? | | |
| | 9) O catálogo apresenta a quantidade mínima de armações solicitada no subitem C.2.1? | | |
| Lente | 10) O catálogo apresenta fotos ilustrativas das lentes, conforme material indicado no Termo de Referência? | | |
| | 11) O catálogo apresenta o material da lente? | | |
| | 12) O catálogo indica o prazo de garantia da lente? | | |
| | 13) O catálogo apresenta a quantidade mínima de lentes solicitada no subitem C.2.1? | | |
| Estojo | 14) O catálogo apresenta fotos legíveis do estojo? | | |
| | 15) O catálogo apresenta material, cor, medidas, fabricante e demais características do estojo? | | |
| | 16) O material do estojo é polipropileno sem textura por fora e aveludado por dentro? | | |
| | 17) O estojo tem formato de caixa com sistema de abre e fecha? | | |
| | 18) O estojo atende às medidas mínimas de 15,5 cm de comprimento, 6cm de largura e 4cm de altura? | | |
| | 19) A cor do estojo atende ao solicitado no Termo de Referência? | | |
| Flanela | 20) O catálogo apresenta a quantidade mínima de estojo solicitada no subitem C.2.1? | | |
| | 21) O catálogo apresenta fotos legíveis da flanela? | | |
| | 22) O catálogo apresenta material, cor, medidas, fabricante e demais características da flanela? | | |
| | 23) O material da flanela é de microfibras? | | |
| | 24) A flanela atende às medidas mínimas: 15,5cm de comprimento e 14cm de altura? | | |
| | 25) A cor da flanela atende ao solicitado no Termo de Referência? | | |
| | 26) O catálogo apresenta a quantidade mínima de flanela solicitada no subitem C.2.1? | | |

C.2.12. O licitante terá seu produto reprovado se, na análise do catálogo, não obtiver a pontuação de “Atende” em todos os critérios do subitem C.2.11 deste TR.

Anexo D - MODELO DE ESTOJO

D.1. Características do estojo

D.1.1. Cada óculos entregue deve estar acompanhado de estojo protetor, sem identificação do fornecedor e/ou do fabricante, conforme especificações a seguir:

- a) Cor: branca;
- b) Material: polipropileno sem textura por fora e aveludado por dentro;
- c) Formato: caixa com sistema de abre e fecha;
- d) Medidas mínimas: 15,5 cm de comprimento; 6 cm de largura e 4 cm de altura;
- e) Impressão da marca do projeto e da Secretaria de Educação na parte superior do estojo, conforme arte a ser previamente enviada por e-mail.

D.2. Impressão da marca do projeto

D.2.1. A Contratada deverá realizar a impressão da marca do projeto e da Secretaria de Educação na parte superior do estojo, conforme imagem a seguir:



D.2.2. O arquivo da arte do subitem D.2.1 para impressão será enviado por e-mail junto com a ordem de serviço, após a assinatura do contrato.

Anexo E - ENDEREÇO DE ENTREGA DOS ÓCULOS

| Órgão/Entidade | Endereço |
|------------------------|---|
| Secretaria de Educação | Av. Cais do Apolo, nº 925, 4º andar, Protocolo da Secretaria de Educação, bairro do Recife. Recife/PE, CEP 50030-230. |

ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000/2024

Gerenciador da ATA: [Órgão ou Entidade Pública Contratante]

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2024

O(A) [Órgão ou Entidade Pública Contratante], com sede no(a) [Endereço do Contratante], na cidade de [Cidade] /[Sigla Estado], inscrito(a) no CNPJ sob o n.º [Nº do CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [Cargo] [Nome Completo], nomeado(a) pela Portaria n.º [Nº da Portaria], [Data da portaria], publicada no DOM na data de [Data de Publicação da Portaria], inscrito(a) no CPF n.º [CPF Contratante], portador(a) da Carteira de Identidade n.º [Nº identidade], e do outro lado, o(a) [Razão Social Contratada] inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º [CNPJ Contratada], sediado(a) na [Endereço da Contratada], neste ato representada pelo(a) Sr.(a) [Nome do Representante], portador(a) da Carteira de Identidade n.º [Nº Identidade Representante], expedida pela (o) [Órgão Id Representante], e CPF n.º [CPF Representante], com fulcro no disposto no processo licitatório supra citado, procedem ao Registro de preços referente(s) ao(s) lote(s) /item(ns) discriminado(s) nesta Ata, conforme especificações e condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06, Leis Municipais n.º 19.144/23 e 19.145/23, Decretos Municipais n.º 36.237/23, 37.323/23, 37.324/23, 37.341/23 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. O Registro de Preços, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
- 1.2. O objeto da presente ata é o Registro de Preços para aquisição de 10.423 óculos de grau, compostos por armação, par de lentes, estojo e flanela, a serem fornecidos aos estudantes e profissionais da educação da pré-escola e ensino fundamental da rede municipal de ensino, para atender ao projeto de saúde ocular da Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CADUM | UNID. | MARCA | MODELO | QUANT. | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|------|------|--|-------|---------|-------|--------|--------|-------------|-------------|
| 1 | 1 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52081 | Unidade | | | 1042 | | |
| | 2 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52082 | Unidade | | | 5213 | | |
| | 3 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52083 | Unidade | | | 1042 | | |
| | 4 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52084 | Unidade | | | 521 | | |
| | 5 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52085 | Unidade | | | 521 | | |
| | 6 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52086 | Unidade | | | 21 | | |
| | 7 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52087 | Unidade | | | 63 | | |
| | 8 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: | 52088 | Unidade | | | 10 | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|-------|---------|--|--|------|--|--|
| | | LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | | | | | | | |
| 9 | | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52089 | Unidade | | | 5 | | |
| 10 | | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52090 | Unidade | | | 5 | | |
| 11 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52091 | Unidade | | | 396 | | |
| 12 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52092 | Unidade | | | 1188 | | |
| 13 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52093 | Unidade | | | 198 | | |
| 14 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52094 | Unidade | | | 99 | | |
| 15 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, | 52095 | Unidade | | | 99 | | |

| | | | | | | | | |
|----|---|-------|---------|--|--|-------|--|--|
| | FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | | | | | | | |
| 16 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: INFANTIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51429 | Unidade | | | 6694 | | |
| 17 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: JUVENIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51430 | Unidade | | | 1386 | | |
| 18 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: ADULTO GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51431 | Unidade | | | 2344 | | |
| 19 | ESTOJO FABRICADO EM POLIPROPILENO POR FORA E AVELUDADO POR DENTRO; FORMATO: CAIXA COM SISTEMA DE ABRE E FECHA; MEDIDAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 6 CM DE LARGURA E 4 CM DE ALTURA. COR: BRANCA | 51432 | Unidade | | | 10423 | | |
| 20 | FLANELA EM MICROFIBRA MEDIDAS MÍNIMAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 14 CM DE ALTURA. COR: BRANCA, CINZA OU PRETA | 51433 | Unidade | | | 10423 | | |

Valor Global do Lote: R\$ 0,00 (por extenso)

2. VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Os preços acima registrados implicarão em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

3.2. Os preços acima registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3. As quantidades previstas para os itens acima registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não

participantes do procedimento licitatório para registro de preços, de acordo com as regras do Decreto Municipal n.º 37.323/23.

3.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, conforme o §1º, do art. 14, do Decreto Municipal n.º 37.323/23.

3.5. O órgão gerenciador conduzirá as eventuais renegociações, alterações e/ou atualizações dos preços registrados.

4. ADESÃO A ATA

4.1. Será admitida a adesão por órgão ou entidade não participante.

4.2. Será possível a contratação, por órgão participante e não participante, de quantidade parcial do lote.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. A atualização dos preços registrados respeitará a regulamentação municipal sobre reajustes contratuais.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto regulamentação municipal sobre reajustes contratuais;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, respeitada a regulamentação municipal sobre reajustes contratuais.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

- 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
 - 7.1.1. por razão de interesse público;

- 7.1.2. não aceitar as condições de negociação;
- 7.1.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- 7.1.4. quando o fornecedor:
 - 7.1.4.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 7.1.4.2. não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 7.1.4.3. recusar-se injustificadamente a assinar os contratos ou retirar a nota de empenho decorrentes da ata de registro de preços;
 - 7.1.4.4. tiver sua falência decretada, for dissolvida ou estiver em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo quando o fornecedor da ata já tenha tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente;
 - 7.1.4.5. sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar, desde que a referida penalidade alcance o gerenciador, ou declaração de inidoneidade.
- 7.2. Na hipótese de aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar ou de inidoneidade, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.4. Nas hipóteses de cancelamento do registro de preços, o gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observado a seguinte ordem de classificação:
 - 7.4.1. Licitantes que aceitaram cotar bens, obras ou serviços em preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência de classificação da licitação;
 - 7.4.2. Demais licitantes, na sequência de classificação de sua última proposta, devendo haver negociação de melhor condição, limitado ao preço máximo estimado pela Administração na licitação.
- 7.5. A nova Ata deverá observar o saldo remanescente e o seu prazo máximo, o qual não poderá ultrapassar o prazo de vigência da ata anterior,

considerando eventual prorrogação implementada ou prevista.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade .
- 8.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que levem ao cancelamento.
- 8.5. As condições gerais de execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, assim como o Decreto Municipal nº 37.323/23.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada no Portal de Compras da Prefeitura do Recife.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO TITULAR DA PASTA]

[NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA]

[NOME DA EMPRESA]

ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0152024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2024

Contrato de que entre si celebram o **MUNICÍPIO DO RECIFE** e na forma abaixo.

O(A) **[Órgão ou Entidade Pública Contratante]**, com sede no(a) **[Endereço do Contratante]**, na cidade de **[Cidade] / [Sigla Estado]**, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º **[Nº do CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[Cargo] [Nome Completo]**, nomeado(a) pela Portaria n.º **[Nº da Portaria]**, **[Data da portaria]**, publicada no DOM na data de **[Data de Publicação da Portaria]**, inscrito(a) no CPF n.º **[CPF Contratante]**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **[Nº identidade]**, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **[Razão Social Contratada]** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º **[CNPJ Contratada]**, sediado(a) na **[Endereço da Contratada]**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **[Nome do Representante]**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **[Nº Identidade Representante]**, expedida pela (o) **[Órgão Id Representante]**, e CPF n.º **[CPF Representante]**, tendo em vista o que consta no Processo n.º **[Nº/ Ano do Processo]** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **[Modalidade]** n.º **[Nº/ Ano da Modalidade]**, vinculado à ata de Registro de Preços **[Nº/Ano da Ata de Registro de Preços]**, e à Proposta da CONTRATADA, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a aquisição de 10.423 óculos de grau, compostos por armação, par de lentes, estojo e flanela, a serem fornecidos aos estudantes e profissionais da educação da pré-escola e ensino fundamental da rede municipal de ensino, para atender ao projeto de saúde ocular da Secretaria de Educação, nos termos e condições definidos no Termo de Referência anexo ao Edital.

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CADUM | UNID. | MARCA | MODELO | QUANT. | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|------|------|--|-------|---------|-------|--------|--------|-------------|-------------|
| 1 | 1 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52081 | Unidade | | | 1042 | | |

| | | | | | | | | |
|---|---|-------|---------|--|--|------|--|--|
| 2 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52082 | Unidade | | | 5213 | | |
| 3 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52083 | Unidade | | | 1042 | | |
| 4 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52084 | Unidade | | | 521 | | |
| 5 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52085 | Unidade | | | 521 | | |
| 6 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52086 | Unidade | | | 21 | | |
| 7 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52087 | Unidade | | | 63 | | |
| 8 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52088 | Unidade | | | 10 | | |
| 9 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM | 52089 | Unidade | | | 5 | | |

| | | | | | | | | | |
|----|--|---|-------|---------|--|--|------|--|--|
| | | POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | | | | | | | |
| 10 | | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52090 | Unidade | | | 5 | | |
| 11 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52091 | Unidade | | | 396 | | |
| 12 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52092 | Unidade | | | 1188 | | |
| 13 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52093 | Unidade | | | 198 | | |
| 14 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52094 | Unidade | | | 99 | | |
| 15 | | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52095 | Unidade | | | 99 | | |
| 16 | | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: INFANTIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51429 | Unidade | | | 6694 | | |

| | | | | | | | | |
|----|---|-------|---------|--|--|-------|--|--|
| 17 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: JUVENIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51430 | Unidade | | | 1386 | | |
| 18 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: ADULTO GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51431 | Unidade | | | 2344 | | |
| 19 | ESTOJO FABRICADO EM POLIPROPILENO POR FORA E AVELUDADO POR DENTRO; FORMATO: CAIXA COM SISTEMA DE ABRE E FECHA; MEDIDAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 6 CM DE LARGURA E 4 CM DE ALTURA. COR: BRANCA | 51432 | Unidade | | | 10423 | | |
| 20 | FLANELA EM MICROFIBRA MEDIDAS MÍNIMAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 14 CM DE ALTURA. COR: BRANCA, CINZA OU PRETA | 51433 | Unidade | | | 10423 | | |

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto, contido nesta Cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados com base em Relatório do CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização do Secretário solicitante, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência;
- II. O Edital da Licitação;
- III. A Proposta do contratado;
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência do contrato será de 12 meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O início do prazo de vigência ocorre na data de assinatura deste termo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, nos termos do art. 107, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Não poderá ser prorrogado o contrato se:

- I. for comprovado o descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA;
- II. a CONTRATADA estiver punida com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO QUINTO: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TERCEIRA: A execução será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) da contratante da seguinte forma:

- I. A contratada deverá fornecer todas as informações solicitadas pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- II. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução da entrega dos materiais, à contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restrição a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.
- III. Cabe à contratante a designação, mediante Termo específico, do(s) servidor(es) responsável(is) para exercer a gestão, fiscalização e acompanhamento deste Contrato, competindo-lhes:
- IV. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais, assim como das condições constantes do Edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;
- V. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.
- VI. Rejeitar, no todo ou em parte dos serviços prestados em desacordo com o autorizado;
- VII. Compete ao(s) fiscal(is) técnico(s) do Contrato:
 - a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
 - b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou

- irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
 - f) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
 - g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
 - h) Participar da atualização do mapa de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;
 - i) Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
 - j) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
 - k) Fiscalizar a quantidade do produto entregue, bem como se a qualidade está conforme os requisitos deste termo de referência.
 - l) Contagem da quantidade dos produtos entregues e/ou pesagem dos produtos entregues;
 - m) Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições na execução da entrega dos materiais, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
 - n) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos produtos entregues aos termos pactuados no instrumento convocatório;

VIII. Compete ao(s) fiscal(is) administrativo(s) do Contrato:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

- c) Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor do contrato;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do mapa de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- h) Compete ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer as atribuições de fiscal administrativo e fiscal técnico.

IX. Compete exclusivamente ao(s) servidor(es) Gestor(es) do Contrato:

- a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório e atualizar o mapa de riscos;
- d) Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao

pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

- f) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;
- g) Comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência;
- h) Constituir o relatório final, na forma de regulamento, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Municipal;
- i) Coordenar a atualização contínua do mapa de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- j) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O objeto será recebido pelo servidor responsável pelo atesto, nas seguintes condições:

I - Recebimento provisório, no prazo de 05 dias úteis, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações exigidas;

II - Recebimento definitivo, no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e da análise atestando a conformidade dos bens com os requisitos deste termo de referência e sua consequente aceitação pela Administração, mediante termo circunstanciado ou atesto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recebimento definitivo do objeto não exime o fornecedor da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que porventura se originar de tais vícios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela veracidade das informações e pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos, devendo o mesmo, substituir, no prazo de 10 dias úteis, após a notificação da contratante, sem ônus adicional para a contratante, qualquer item que não atenda às especificações exigidas, sob pena de ser considerado inadimplente e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas no edital.de obrigações conforme disposto em regulamento;

DO VALOR

CLÁUSULA QUARTA: O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 0,00 (por extenso).

PARÁGRAFO ÚNICO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA: Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, bem como, apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do fornecimento efetivamente executado e aceito pela CONTRATANTE, conforme Nota Fiscal apresentada, que deverá conter:

- I. A quantidade;
- II. O preço unitário e o preço total;
- III. A descrição completa dos produtos ofertados, a quantidade, o preço unitário e preço total de cada um deles;
- IV. Valores ser expressos em moeda corrente nacional;
- V. O(s) número(o) da(s) nota(s) de empenho(s) correspondente(s), no corpo da nota/fatura ou em campo apropriado;
- VI. o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta-Corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante daquele documento;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, não se admitindo Nota Fiscal/ Fatura emitida com outros CNPJs, mesmo aqueles das filiais.

PARÁGRAFO QUARTO: Devem ser entregues junto com a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) as certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento só será realizado mediante a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ocorrendo atraso no pagamento, verificado por culpa exclusiva da contratante, haverá incidência de atualização monetária e juros de mora sobre o valor devido, desde a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE e no percentual de juros de mora 0,5% (meio por cento) ao mês.

PARÁGRAFO OITAVO: Na hipótese de incidência de encargos por atrasos nos pagamentos devidos, os autos devem ser instruídos com as justificativas correspondentes, a serem avaliadas pela autoridade competente, que verificará se é o caso de apuração de responsabilidades para imputação de penalidades a quem deu caso ao atraso.

PARÁGRAFO NONO: Será retido do valor do pagamento o valor da multa aplicada ao fornecedor em razão de penalização, transitado o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O setor administrativo do órgão/entidade efetuará as retenções tributárias obrigatórias.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA: A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta a Natureza da Despesa [Nº da Natureza de despesa], da Atividade [Nº da Atividade].

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATADO, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do [artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21](#), ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. Multa de:
 - a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não substituição do material que apresentar defeito/impropriedade, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da retirada, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após o décimo dia e a critério da

Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do material, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;

- c) 15,0 % (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso por período superior ao previsto nas alíneas “a” e “b”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - d) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - e) 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso praticar os atos previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) ou praticar ato fraudulento durante a execução do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - f) 30,0% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de prestar documento declaração falsos;
- II. Impedimento de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município do Recife, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma da lei, nos casos estipulados no [art.156, §4º da Lei Federal n.º 14.133/21](#).
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com todos os entes da Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) anos a 6 (seis) anos , sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma da lei, nos casos estipulados no [art.156, §5º da Lei Federal n.º 14.133/21](#).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor da multa será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo município do Recife ao fornecedor ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente a outras sanções.

PARÁGRAFO QUARTO: Com referência à sanção de multa, decorrido o prazo de defesa sem que o fornecedor se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO: Uma vez recolhida a multa, e na hipótese de vir o fornecedor a lograr êxito em recurso que apresentar, o contratante devolverá a quantia recolhida, no

prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções dos incisos III e IV serão inseridas sistema municipal de cadastramento de fornecedores do município do Recife e terão como consequência o impedimento de atualizar o cadastro o durante o prazo da penalidade.

DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O(A) contratado(a) autoriza o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários do contrato nos termos da Lei Municipal n.º 17.765/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As informações obtidas em conformidade ao disposto nesta cláusula serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA NONA: São obrigações da CONTRATADA:

- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);
- III. A responsabilidade da Contratada por acidente não é elidida por culpa de terceiro
- IV. Manter com a Contratante relação formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais que motivados pela urgência deverão ser, de imediato, confirmados por escrito.
- V. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto;
- VII. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados, informando previamente toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento do objeto que atinja direta ou indiretamente à Contratante;
- VIII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, inclusive com pessoal, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante, inclusive selecionando e preparando os funcionários responsáveis pelo serviço, responsabilizando-se pelos

- danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- IX. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições do Termo de Referência.
 - X. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 - XII. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação expedida pelos Órgãos e Entidades da PCR, nos termos do art. 119 da Lei Federal n.º 14.133/21.
 - XIII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/21;
 - XIV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
 - XV. A CONTRATADA deverá prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação emitida pelo Gestor Responsável, designando para acompanhamento permanente do objeto;
 - XVI. Emitir relatórios gerenciais, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, o objeto contratado por emissão de empenho e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias;
 - XVII. O relatório gerencial deverá estar acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e arquivo eletrônico em formato aberto – OpenXML (*.XLSX) ou Opendocument (*.ODS) – contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;
 - XVIII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116

da Lei Federal n.º 14.133/21);

- XIX. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133/21);
- XX. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- XXI. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- XXII. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Credenciamento Unificado de Fornecedores da Prefeitura do Recife (SICREF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos materiais, os seguintes documentos:
 - XXIII. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - XXIV. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - XXV. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - XXVI. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - XXVII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XXVIII. Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- XXIX. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XXX. O retardamento na entrega do produto, objeto do certame, não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- XXXI. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- XXXII. Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, a contar da data de emissão do empenho, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento das obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- XXXIII. Entregar o objeto mediante prévia programação de data e hora com a Contratante;
- XXXIV. Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste Termo de Referência de

acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do INMETRO, atendimento a normas da ABNT, Vigilância Sanitária etc.);

- XXXV. A obrigação de Substituir o objeto persistirá, ainda que haja descontinuidade sobre produção por parte do fabricante;
- XXXVI. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante por ação ou omissão no fornecimento do presente objeto;
- XXXVII. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- XXXVIII. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento das obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- XXXIX. Substituir o objeto ainda que haja descontinuidade sobre produção por parte do fabricante;

CLÁUSULA DÉCIMA: São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- II. Acompanhar e exercer a fiscalização da execução do objeto licitado, através de servidor especialmente designado;
- III. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega do objeto.
- IV. Rejeitar o objeto que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas;
- V. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 de Lei Federal n.º 14.133/21;
- VI. Analisar a nota fiscal para verificar se é destinada ao Órgão contratante;
- VII. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência;
- VIII. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- IX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- X. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto,

- no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- XI. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
 - XII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 03 meses;
 - XIII. Atestar a quantidade e qualidade dos produtos entregues, para fins de garantia de pagamento;
 - XIV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - XV. Analisar a nota fiscal para verificar se as especificações dos produtos são as mesmas descritas neste Termo de Referência;
 - XVI. Realizar ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta aquisição, sem restrições da contratada.
 - XVII. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021, como: variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato; atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato; alterações na razão ou na denominação social do contratado; empenho de dotações orçamentárias.

DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, desde

que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da próxima data de aniversário do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Se a operação do parágrafo anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

PARÁGRAFO SEXTO: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, pedido anteriormente, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/21.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica desde já, declarado pelas partes, com base no §1º do artigo 92 da Lei n.º 14.133/21, o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução deste contrato. E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos do art. 25, §7º, da Lei n.º 14.133/21, e Decreto Municipal n.º 37.817/24.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após 12 (doze) meses da data da estimativa de preços, excluída a responsabilidade do contrato proponente pelo retardamento de execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme Decreto Municipal n.º 37.817/24.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O reajuste deve ser tempestivamente solicitado pela contratada nos termos dos arts. 17 e 18 do Decreto Municipal n.º 37.817/24, sob pena de preclusão.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

XXXXXXXXXX

[SECRETÁRIO DA PASTA]

XXXXXXXXXXXX

[SECRETÁRIO DE FINANÇAS QUANDO SOLICITADO PELO PREFEITO]

TESTEMUNHAS:

CONTRATADO(A)

1. _____

2. _____

CPF/MF n.º. _____

CPF/MF n.º. _____

ANEXO D - MODELO DE PROPOSTA

À

PREFEITURA DO RECIFE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

OBJETO: Constitui objeto desta proposta, o registro de preços para aquisição de 10.423 óculos de grau, compostos por armação, par de lentes, estojo e flanela, a serem fornecidos aos estudantes e profissionais da educação da pré-escola e ensino fundamental da rede municipal de ensino, para atender ao projeto de saúde ocular da Secretaria de Educação.

LOTE ÚNICO

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | CADUM | UNID. | MARCA | MODELO | QUANT. | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|------|------|--|-------|---------|-------|--------|--------|-------------|-------------|
| 1 | 1 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52081 | Unidade | | | 1042 | | |
| | 2 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM ACRÍLICO CR-39. | 52082 | Unidade | | | 5213 | | |
| | 3 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52083 | Unidade | | | 1042 | | |
| | 4 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52084 | Unidade | | | 521 | | |
| | 5 | PAR DE LENTES MONOFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA. MATERIAL:LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52085 | Unidade | | | 521 | | |

| | | | | | | | | |
|----|--|-------|---------|--|--|------|--|--|
| 6 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52086 | Unidade | | | 21 | | |
| 7 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52087 | Unidade | | | 63 | | |
| 8 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52088 | Unidade | | | 10 | | |
| 9 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52089 | Unidade | | | 5 | | |
| 10 | PAR DE LENTES BIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,00. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52090 | Unidade | | | 5 | | |
| 11 | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM LENTES DE ACRÍLICO CR-39. | 52091 | Unidade | | | 396 | | |
| 12 | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE 0,00 A +/-4,00 ESFÉRICA / ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52092 | Unidade | | | 1188 | | |
| 13 | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +/-4,25 A +/-5,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, | 52093 | Unidade | | | 198 | | |

| | | | | | | | | |
|----|---|-------|---------|--|--|-------|--|--|
| | FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | | | | | | | |
| 14 | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE -5,50 A -19,25 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52094 | Unidade | | | 99 | | |
| 15 | PAR DE LENTES MULTIFOCAIS DE +5,50 ATE +16,75 ESFÉRICA/ ATÉ -10,00 CILÍNDRICA / ADIÇÃO + 3,50. MATERIAL: LENTE INCOLOR, FABRICADA EM POLICARBONATO OU EM RESINA COM ÍNDICE DE REFRAÇÃO DE 1,60 OU SUPERIOR. | 52095 | Unidade | | | 99 | | |
| 16 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: INFANTIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51429 | Unidade | | | 6694 | | |
| 17 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: JUVENIL GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51430 | Unidade | | | 1386 | | |
| 18 | ARMAÇÃO EM ACETATO COM AGULHA NAS HASTES E HASTES FLEXÍVEIS TAMANHO: ADULTO GÊNERO: UNISSEX CORES: DIVERSIFICADAS. | 51431 | Unidade | | | 2344 | | |
| 19 | ESTOJO FABRICADO EM POLIPROPILENO POR FORA E AVELUDADO POR DENTRO; FORMATO: CAIXA COM SISTEMA DE ABRE E FECHA; MEDIDAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 6 CM DE LARGURA E 4 CM DE ALTURA. COR: BRANCA | 51432 | Unidade | | | 10423 | | |
| 20 | FLANELA EM MICROFIBRA MEDIDAS MÍNIMAS: 15,5 CM DE COMPRIMENTO; 14 CM DE ALTURA. COR: BRANCA, CINZA OU PRETA | 51433 | Unidade | | | 10423 | | |

1. Valor Global da Proposta: R\$ 0,00 (por extenso)

2. Prazo de pagamento, condições de entrega do serviço e prazo de validade da proposta, conforme Termo de Referência.

3. Declaro que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas tais como: tributos, fretes, seguros, comissões, taxas, contribuições, salários, remunerações, obrigações sociais e quaisquer outros custos incidentes sobre o objeto desta licitação, ficando ciente de que, na ausência dessa declaração, serão consideradas incluídas as despesas mencionadas.
4. Declaro que tomei total conhecimento dos termos deste edital e seus anexos e com eles estou de acordo.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome do Representante]

[Razão Social do Licitante]